

# **W.E.B. Du Bois, *Black Reconstruction* e a história social do trabalho no Brasil: uma introdução**

**W.E.B. Du Bois, *Black Reconstruction*, and the Social History  
of Labor in Brazil: An Introduction**

**Felipe Azevedo e Souza\***

**Paulo Fontes\*\***

**Thompson Clímaco\*\*\***

**Q**UASE UM SÉCULO depois de sua publicação, *Black Reconstruction in America* (1935), a principal obra histórica de W. E. B. Du Bois, vive hoje seu momento de maior impacto, relevância e circulação. Na última década, sucessivas reedições vieram acompanhadas de resenhas críticas, seminários acadêmicos e debates públicos que ressaltaram tanto a originalidade do livro quanto sua surpreendente atualidade. Um indicador eloquente dessa vitalidade renovada pode ser observado na trajetória de suas citações no Google Scholar: enquanto entre 1991 e 1995 o livro registrava uma média anual de 21 referências, entre 2021 e 2025 essa média salta para cerca de 535 por ano. Um crescimento que ilustra a centralidade que Du Bois passou a ocupar nos debates contemporâneos sobre raça, classe e democracia.

O retorno a *Black Reconstruction* vem desencadeando um efervescente e fértil campo de renovação interpretativa, principalmente nos Estados Unidos. No cenário norte-americano, a obra é acionada como referência central e matriz teórica para áreas inteiras

---

\* Professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista JCNE Faperj. E-mail: felipeazv@puc-rio.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6232-3273>.

\*\* Paulo Fontes é professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde coordena o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT). É pesquisador do CNPq e Cientista do Nosso Estado da Faperj. E-mail: pfontes@mandic.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9277-6193>.

\*\*\* Thompson Clímaco é doutorando em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e bolsista Faperj - Nota 10. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é integrante do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT-UFRJ) e do Grupo de Estudos Mundos do Trabalho e Pós-Abolição (UFRRJ) E-mail: climacohistoria@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1638-3320>.

de investigação, como os estudos sobre a branquitude e os Estudos Críticos da Raça,<sup>1</sup> campos que reconhecem em Du Bois a formulação inaugural de problemas decisivos sobre a formação histórica da branquitude e a racialização do trabalho. O livro é também um marco incontornável para as reinterpretações contemporâneas do período da Reconstrução. Nas palavras de Eric Foner, principal referência sobre o período, “*Black Reconstruction* está repleto de insights que hoje soam quase banais, mas que, nos anos 1930, tinham implicações revolucionárias para a historiografia”. Isso se dá, por exemplo, já na “primeira frase do primeiro capítulo, quando anuncia que a experiência negra é ‘um fio central na história dos Estados Unidos’, uma ideia inquestionável hoje, mas praticamente inédita quando Du Bois escrevia”.<sup>2</sup> Foner destaca que:

[...] o livro insere a Reconstrução em um cenário global, antecipando o atual impulso de ‘internacionalizar’ a história dos Estados Unidos. O destino dos negros norte-americanos, deixa claro Du Bois, estava intimamente ligado à condição dos povos não brancos do mundo colonial: ‘aquele vasto e escuro mar de trabalho humano na China e na Índia, nos Mares do Sul e em toda a África’.<sup>3</sup>

Ao descrever os escravizados como uma fração fundamental do proletariado global do século XIX, Du Bois, na boa companhia de outros marxistas negros da época, como Oliver Cox, George Padmore, CLR James, entre outros, firmou a escravidão no centro da história do capitalismo. Assim estabelecia valiosos parâmetros interpretativos para a História Social do Trabalho, ao centrar sua análise na agência coletiva dos trabalhadores escravizados em lutas políticas dentro e fora das *plantations*. A abordagem punha de ponta-cabeça a história clássica da abolição norte-americana, até então explicada pela ação de políticos e generais brancos à frente de gabinetes, tropas e bancadas parlamentares, que acabaram reposicionados na explicação histórica de Du Bois: “com passos perplexos e retardatários o governo dos Estados Unidos seguiu os passos do escravizado negro.”<sup>4</sup> De maneira profundamente inovadora, controversa e instigante, ele propôs que a Guerra Civil foi vencida, em grande medida, por uma “greve geral” dos escravizados. Essa “greve geral” não era uma metáfora, mas uma chave analítica que recolocava o conflito trabalhista no centro da história da emancipação, mostrando que a luta dos trabalhadores escravizados pela própria liberdade produziu consequências políticas, militares e institucionais de grande alcance.

O vasto panorama de proposições originais de *Black Reconstruction* resta, no entanto, praticamente inexplorado pela historiografia brasileira. Matheus Gato vai mais longe e afirma que “o trabalho do sociólogo afro-americano ainda é praticamente desconhecido nos cursos de ciências sociais e humanas no Brasil, a despeito da relevância da questão racial no

1 Aspecto abordado com profundidade nos dois textos desta seção especial.

2 FONER, Eric. Black Reconstruction: An Introduction. *The South Atlantic Quarterly*, v. 112, n. 3, p. 411, Summer 2013.

3 Ibidem.

4 DU BOIS, W. E. B.. **Black Reconstruction in America**: Toward a History of the Part Which Black Folk Played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860-1880. New York: Routledge, 2012. p. 102.

pensamento social brasileiro".<sup>5</sup> Ausente das referências bibliográficas de praticamente toda a imensa literatura produzida no país sobre escravidão, abolição e pós-abolição, a lacuna é também editorial. A primeira tradução integral do livro para o português foi anunciada apenas este ano pela editora Boitempo, com previsão de lançamento para 2026.<sup>6</sup>

Essa ausência, no entanto, não significa que Du Bois tenha sido completamente estranho ao pensamento social brasileiro. A circulação de sua obra se deu, sobretudo, pelas Ciências Sociais, mais como autor da "linha de cor", do pan-africanismo e das lutas anticoloniais do que como historiador marxista da escravidão e da Reconstrução. Em grande medida, foi um Du Bois descolado de *Black Reconstruction* – e, portanto, da articulação mais sistemática entre raça, classe e capitalismo – que chegou primeiro aos nossos cursos e bibliografias. Não é irrelevante que algo semelhante tenha ocorrido com outros autores centrais para a crítica do capitalismo racial, como Cedric J. Robinson, e que, no Brasil, debates materialistas sobre raça e racismo, como os de Clóvis Moura, tenham permanecido por décadas à margem do cânone historiográfico.

É justamente diante desse hiato interpretativo e editorial que a *Revista Mundos do Trabalho* decidiu organizar a seção especial de debates sobre o livro *Black Reconstruction*. Nosso objetivo é contribuir para que a obra finalmente ingresse no repertório crítico da historiografia brasileira, estimulando sua leitura, apropriação e confronto analítico em diálogo com nossas próprias tradições de pesquisa sobre trabalho, raça e cidadania.

Antes de dar prosseguimento à apresentação dos textos que compõem esta seção, é importante formular, ainda que rapidamente, de que maneiras um livro escrito nos Estados Unidos dos anos 1930, voltado à Reconstrução pós-Guerra Civil, pode interessar aos historiadores do trabalho brasileiros do século XXI.

Um primeiro ponto crucial diz respeito à periodização, tema caro aos debates da história do trabalho no Brasil que, com frequência, buscam redimensionar o peso simbólico e interpretativo de marcos como 1888, 1930 ou 1964. Du Bois oferece um modelo alternativo para pensar transições históricas: em vez de delimitar a Reconstrução como um período curto e institucionalizado, ele propõe uma periodização que acompanha os ritmos da luta social, greves, fugas, motins, rearranjos econômicos, enfrentamentos políticos, fluxos

5 GATO, Matheus. W. E. B. Du Bois: made in Brazil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 69, p. 518-537, 2024, p. 518. Apesar disso é possível dizer que esse quadro tem mudado nos últimos anos, com a incorporação progressiva de Du Bois nos currículos e programas de alguns cursos de ciências sociais no Brasil. Nos cursos de história, esse reconhecimento da importância de Du Bois tem sido mais lento. Sobre os debates a respeito do cânone sociológico no país e a importância da incorporação de autores como Du Bois, ver SELL, Carlos. A destruição dos clássicos da sociologia: democratização ou homogeneização?. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 13, 2025 e MAIA, João Marcelo. Por que precisamos de uma história não eurocêntrica da sociologia: réplica a Carlos Sell. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 13, 2025.

6 Uma série de traduções da obra de W. E. B. Du Bois está sendo realizada por meio do Projeto Du Bois, vinculado ao Afro-Cebrap, sediado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Entre as muitas atividades do grupo, que incluem a organização de livros, dossiês temáticos em revistas especializadas, revisões técnicas e traduções das obras do autor, destacamos as seguintes publicações recentes: DU BOIS, W. E. B. **Água escura**: vozes de dentro do véu. São Paulo: Fósforo, 2025. Idem, **O Negro da Filadélfia**: um estudo social. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. Idem, **A Igreja negra**. São Paulo: Recriar, 2024. BIBLIOTECA DE CLÁSSICOS. Dossiês com traduções de Du Bois. **Afro-Ásia**, Salvador, 2024.

migratórios, disputas pela cidadania, organização sindical, engajamento eleitoral de chapas operárias. Essa abordagem desloca o foco das decisões governamentais para os processos sociais de base, uma abordagem que dialoga diretamente com debates brasileiros sobre como entender o pós-abolição, as rupturas e continuidades dos mundos do trabalho e os limites das transições políticas marcadas “por cima”.

Esses apontamentos resguardam pertinente potencial para fortalecer abordagens que estão sendo trilhadas no âmbito da História Social do Trabalho no Brasil, que avançam para além de uma persistente cisão entre a história do abolicionismo e a história do movimento operário, por exemplo. Pesquisas do campo vêm mostrando que esses movimentos não apenas se comunicam, mas compartilham atores, repertórios de ação e projetos políticos. A trajetória de José Ezequiel, um tipógrafo negro que foi líder operário e antigo militante abolicionista em Pernambuco, ilustra essa articulação de modo exemplar. Para Ezequiel, a abolição não poderia ser entendida como concessão benevolente da Coroa; “o 13 de maio não foi [fruto] da bondade e da piedade da regente imperial”, afirmava ele, mas “o eco audaz do povo cioso da liberdade”. Em sua leitura, os mesmos trabalhadores que haviam derrotado o cativeiro deveriam seguir adiante e assumir “a nobilíssima cruzada do socialismo moderno”.<sup>7</sup> A liberdade, portanto, não era um ponto áureo de chegada, mas um processo contínuo, que unia a luta pela abolição à construção de um projeto político operário mais amplo. Muitas outras vozes ecoaram a de Ezequiel, como a de Manoel Querino, Quintino de Lacerda, João de Mattos e tantos outros militantes operários que haviam se forjado na luta do abolicionismo de norte a sul do país.<sup>8</sup> Décadas depois da abolição, essa memória de luta ainda estava presente. No dia 13 de maio de 1946, por exemplo, o sindicalista negro e deputado constituinte pelo PCB, Claudino José da Silva, rebatia as louvações à princesa Isabel propostas pelas bancadas do PSD e da UDN. Do alto da tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, Claudino lembrava que a abolição era o resultado “de uma longa luta da qual participaram principalmente os negros”. A historiografia que segue esta trilha vem reconhecendo o abolicionismo como uma luta de trabalhadores, que constituiu as bases de ação e organização de dinâmicas do movimento operário organizado no pós-abolição como parte constitutiva da formação da classe trabalhadora brasileira.

Outro aspecto em que *Black Reconstruction* pode enriquecer de maneira decisiva a História Social do Trabalho no Brasil diz respeito ao lugar do capitalismo como categoria de análise. Embora o campo tenha produzido uma vasta e sofisticada literatura

7 O Clarim Social (PE), 8 ago. 1900. “Farrapos”.

8 Já há uma considerável produção a esse respeito, ver, por exemplo: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). **Afro-Ásia**, n. 41, p. 85-131, 2010. LONER, Beatriz. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande. 1888-1930. Pelotas: Ed. UFPel, 2001. MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe operária carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. SOUZA, Felipe Azevedo e. **Nas ruas**: abolicionismo, republicanismo e movimento operário no Recife. Salvador: Edufba, 2021. SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SCHEER, Micaele Irene. Apresentação do dossiê Beatriz Ana Loner: mundos do trabalho e pós-abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-4, 2019. Ver também a pesquisa em andamento de Paulo Fontes sobre classe e raça no sindicalismo brasileiro entre os anos 1940 e 1970.

sobre experiências trabalhistas, formas de resistência, práticas cotidianas, redes de solidariedade e culturas políticas, nem sempre as pesquisas incorporam, de modo sistemático, o enquadramento estrutural mais amplo dentro do qual essas experiências se constituem. Em muitos casos, a atenção à agência e ao cotidiano dos trabalhadores acaba dissociada das dinâmicas maiores do capitalismo racializado que organizam a economia e moldam as relações de classe e de poder. É justamente nesse ponto que Du Bois oferece uma contribuição singular: ao aproximar escravidão e capitalismo por meio das lutas concretas dos trabalhadores, ele demonstra que regimes de trabalho, disputas pela liberdade e formas de exploração não podem ser compreendidos isoladamente da lógica global do capital. Sua análise conecta experiência e estrutura, mostrando como as ações dos trabalhadores escravizados e libertos foram forças históricas capazes de transformar não apenas suas vidas imediatas, mas o próprio funcionamento do capitalismo estadounidense. Ao trazer essa chave interpretativa, Du Bois fornece um repertório analítico que pode fortalecer, tensionar e expandir debates fundamentais da História Social do Trabalho brasileira, permitindo que experiências locais sejam lidas em articulação com processos de larga escala.<sup>9</sup>

Esse enquadramento tensiona simultaneamente tradições distintas da nossa historiografia. De um lado, interpela leituras clássicas do desenvolvimento capitalista, como as de Caio Prado Júnior,<sup>10</sup> em que a escravidão aparece menos como experiência de classe dos trabalhadores escravizados e mais como engrenagem de uma economia de exportação, com pouca atenção aos efeitos duradouros do racismo na formação da classe trabalhadora. De outro, alcança debates dos anos 1980 e 1990 sobre a “transição” do trabalho escravizado para o trabalho livre e controvérsias recentes em torno da presença – ou ausência – da questão racial nos mundos do trabalho. Ao insistir na inseparabilidade entre exploração econômica e hierarquias raciais, Du Bois oferece um ponto de apoio para reabrir essas discussões, aproximando estudos sobre pós-abolição, movimento operário e racismo.

Nessa mesma direção, *Black Reconstruction* também recoloca a questão de classe no centro da análise histórica, sem nunca a dissociar das dinâmicas do capitalismo racializado. Du Bois não organiza seus capítulos a partir de categorias raciais fixas, “os brancos” ou “os negros”, mas por posições e experiências de trabalho, “o trabalhador negro” e “o trabalhador branco”. Ao fazê-lo, evidencia que raça e classe não operam como esferas separadas, mas como dimensões entrelaçadas das relações de exploração e dominação. É justamente nesse ponto que a centralidade da raça adquire um significado político e econômico decisivo: ela se torna o mecanismo por meio do qual a elite escravista busca recrutar, seduzir e disciplinar uma vasta população de brancos pobres que, do ponto de vista econômico, nada compartilhava com os grandes proprietários.

9 Um debate correlato pode ser lido em: ESPADA LIMA, Henrique. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 10, n. 19, 2019.

10 PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

A estrutura social do Sul antes da Guerra Civil é pródiga em elementos que asseveram o tamanho do esforço ideológico para a estruturação do alinhamento entre os brancos que ocupavam os polos opostos da estrutura de classes. Os grandes proprietários, cerca de 7% da população, detinham quase 3 milhões dos 3.953.696 escravizados, além das melhores terras e do capital agrícola mais produtivo.<sup>11</sup> A concentração da riqueza era tão extrema que, entre os cinco milhões de brancos que não possuíam escravos, apenas uma minoria tinha vínculos econômicos diretos com a ordem escravista enquanto feitores, capatazes, negociantes, empreiteiros de trabalho e a pequena burguesia comercial e profissional. A imensa maioria dos brancos pobres era composta por párias econômicos, vivendo no limite da subsistência, com pouquíssimas chances reais de ascensão, frequentemente submetidos às mesmas forças de precariedade que moldavam a vida dos trabalhadores negros.

Em um cenário assim, a manutenção da escravidão dependia de um artifício político central: convencer essa massa de trabalhadores brancos de que tinham mais em comum com a aristocracia fundiária do que com os trabalhadores negros com quem partilhavam, de fato, sua posição de classe. A ideologia racial funcionava, portanto, como cola social de um regime econômico violentamente desigual.

Du Bois mostra como essa construção se deu de forma sistemática. Escrevendo na primeira metade da década de 1930, afirmou que “jamais, na era moderna, uma parte tão grande de uma nação empregou tantas energias combinadas para a degradação da humanidade”.<sup>12</sup> O terceiro capítulo do livro, sobre a classe senhorial, é um penetrante inventário analítico de como a aristocracia rural encontrava, ou inventava, justificativas para a sua “indulgência preguiçosa”, atribuindo à inferioridade negra a base para seu lazer e para a exploração massiva.

Seus líderes religiosos subservientes retornaram à “Maldição de Canaã”; seus pseudocientistas reuniram e ampliaram todas as doutrinas disponíveis de inferioridade racial; suas escolas dispersas e periódicos pedantes repetiram essas lendas, até que, para o fazendeiro médio nascido depois de 1840, tornou-se impossível não acreditar que todas as leis válidas da psicologia, da economia e da política cessavam quando se tratava da raça negra.<sup>13</sup>

Esse esforço monumental derivava diretamente de motivos econômicos e do impulso político necessário para sustentar a ordem escravista. Para os observadores externos, porém, aparecia como se fosse o resultado racional e amadurecido da experiência histórica. E exatamente por isso, pontua Du Bois, teve efeitos devastadores para a civilização moderna: deformou o pensamento científico, corrompeu a religião, empobreceu a arte, degradou a política e, sobretudo, consolidou um modelo de exploração industrial e agrícola baseado na negação da humanidade da maioria racializada do mundo. No limite, o Sul

11 DU BOIS, op. cit., p. 42.

12 Ibidem, p. 50.

13 Ibidem.

pôde afirmar, com a confiança produzida por décadas de doutrinação racial, que os negros, mesmo expostos à civilização moderna, eram incapazes de civilizar-se; que todos os povos de cor eram inherentemente inferiores, e que, por isso, o mundo branco tinha o direito de governar a humanidade para seus próprios fins.

E é nesse ponto que seu argumento atinge o cerne da questão: a ideologia racial situada em sua dinâmica histórica é apresentada como instrumento político central por meio do qual um grupo econômico profundamente minoritário busca incorporar, pela fantasia de supremacia racial, trabalhadores brancos. A raça, para Du Bois, emerge como elemento que anuvia a luta de classes, ao tempo que define quais conflitos são possíveis, quais alianças são pensáveis e quais formas de exploração podem ser legitimadas.

No contexto brasileiro, em que o pós-abolição se prolonga em desigualdades estruturais profundas, sua obra oferece ferramentas para compreender tanto a persistência e as transformações de um racismo que organiza oportunidades e precariedades quanto as múltiplas formas de ação coletiva que buscaram subvertê-lo. Seguindo a chave de leitura de *Black Reconstruction*, a “passagem” do trabalho escravizado para o trabalho livre pode ser entendida menos como ruptura e mais como reconfiguração do regime racial do capital. Nesse ponto, Du Bois permite ainda tensionar uma vertente importante da historiografia brasileira do pós-abolição, que produziu vasta análise sobre o Código Penal de 1890 e das leis que criminalizavam a vadiagem, a capoeira ou a feitiçaria como expressões de um racismo institucional de controle dos corpos e culturas negras. Embora decisiva para revelar a reinvenção das distinções raciais, essa perspectiva muitas vezes relegou a segundo plano a dimensão de classe implicada na repressão às greves e ao associativismo trabalhista, temas que foram objetos de disputa do mesmo Código Penal.<sup>14</sup> A leitura de *Black Reconstruction* ajuda a recentrar esse problema, ressaltando que racialização e exploração econômica não podem ser pensadas como domínios apartados, mas como forças que se reforçam mutuamente na estruturação das desigualdades sociais.

Essa estrutura foi determinante especialmente para minar o experimento democrático que se esboçou tanto no Sul dos Estados Unidos, após a Guerra Civil, quanto, em chave distinta, no Brasil do pós-abolição. Em ambos os casos, a combinação entre racialização das hierarquias sociais e formas renovadas de exploração do trabalho produziu mecanismos de contenção política, limitando a inserção política de setores sequiosos de participação eleitoral entre as classes trabalhadoras. Escrito em um momento de ascensão totalitária, quando a própria ideia de democracia estava sob ataque global, o livro assume o tom de um manifesto contundente sobre os esforços sistêmicos de silenciar, desmobilizar e deslegitimar

<sup>14</sup> A tipificação penal da greve teve vida curta no Código Penal de 1890; cerca de 60 dias após a promulgação do Código, um decreto alterou sua redação e retirou a greve do rol de ilícitos penais, preservando apenas a punição a atos de violência ocorridos durante os movimentos. Ainda assim, as greves foram reprimidas sistematicamente ao longo das décadas seguintes, uma dinâmica que, à luz de Du Bois, evidencia como a cidadania trabalhadora se estruturou a partir da articulação entre racialização, controle do trabalho e repressão política. MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905, p. 60-66.

a ação política de trabalhadores negros no exato instante em que estes buscavam redefinir os fundamentos da democracia estado-unidense. Muitos dos relatos de violência política analisados em suas páginas encontram paralelo com a realidade brasileira do pós-abolição, cujo cenário de cidadania restrita e seletiva operou como pilar de uma ordem social que se recusava a reconhecer trabalhadores, sobretudo os negros, como sujeitos políticos plenos.

Apesar disso, desde os anos 1890, o movimento operário brasileiro foi o primeiro ator social a defender de modo sistemático o sufrágio universal, a ampliação das garantias de participação e o combate à fraude eleitoral. Muito antes das reformas de 1930-1932, trabalhadores organizados reivindicavam o voto amplo, direto e independente do controle oligárquico. Essa tradição, entretanto, permaneceu à margem da narrativa dominante, que costuma vincular o ingresso das “massas” na política às políticas trabalhistas do período Vargas. Assim, segue pouco conhecida uma dimensão fundamental da história democrática brasileira: a de que houve projetos populares de democratização anteriores ao Estado varguista, formulados e sustentados por trabalhadores que raramente aparecem como agentes de cidadania. Aliás, como muitos estudos têm demonstrado, foram os trabalhadores organizados que deram conteúdo social e alargaram os estreitos limites da democracia liberal nas conjunturas de redemocratização do país, tanto na década de 1940 quanto no final dos anos 1970 e início dos 1980.<sup>15</sup>

Da mesma forma que, no Sul dos Estados Unidos, a participação eleitoral de pessoas negras foi historicamente interpretada como eivada por um senso racista de incapacidade cívica. No Brasil, a questionável tese de que havia presença diminuta dos trabalhadores nas urnas durante a Primeira República foi longamente naturalizada como desinteresse político ou atraso cultural.<sup>16</sup> Em ambos os casos, porém, episódios de baixa participação eleitoral não eram causa, mas efeito de um sistema de repressão, exclusão e violência institucionalizada, que produzia uma cidadania restrita e profundamente racializada. É nesse ponto que *Black Reconstruction* oferece uma chave comparativa poderosa, permitindo reinscrever a história da participação popular no Brasil em um quadro mais amplo de lutas, bloqueios e possibilidades frustradas de democratização.

15 Já há uma vasta bibliografia produzida sobre o tema História Social do Trabalho brasileira. Para alguns exemplos de estudos recentes, ver: LEAL, Murilo. **O voto e a vida**: democracia, populismo e comunismo nas eleições de 1954 e 1962 em São Paulo. São Paulo: Alameda, 2023. FORTES, Alexandre. **The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil**. Cham: Springer International Publishing, 2024. FONTES, Paulo. A primavera da classe: os trabalhadores na redemocratização (1974-1984). In: GOMES, Angela de Castro et al. (org.). **História Contemporânea v. 4**. Rio de Janeiro, Record, 2026 (no prelo).

16 Estudos recentes baseados em listas eleitorais de centros urbanos da Primeira República, especialmente Salvador e Recife, demonstram que trabalhadores compunham, de fato, a principal categoria socioprofissional entre os votantes. Esses dados revelam que a presença operária nas urnas era significativa, contrariando a noção amplamente difundida de desinteresse ou afastamento estrutural das classes trabalhadoras em relação à política eleitoral. SOUZA, Felipe Azevedo E.; CASTELLUCCI, Aldrin A. S. À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 6-25, 2022.

\*\*\*\*

A SEÇÃO DE DEBATES que ora apresentamos é composta por dois textos inéditos, ambos publicados conforme os originais em inglês, mas também com suas respectivas traduções para o português. O primeiro, assinado por Elizabeth Esch e David Roediger, pesquisadores com longa trajetória de estudos que tratam da interseção entre classe e raça com base na tradição intelectual de Du Bois,<sup>17</sup> oferece uma síntese contundente das razões pelas quais *Black Reconstruction* permanece, em sua avaliação, a obra mais importante da historiografia norte-americana do século XX. Os autores analisam de que modo Du Bois rompeu com décadas de consenso historiográfico ao inserir o fim da escravidão em um conjunto mais amplo de processos de reforma democrática, no qual a iniciativa dos próprios escravizados desempenhou papel decisivo. Ao evidenciar a força política de lideranças negras e de redes organizadas por pessoas negras livres, e seus aliados brancos, Du Bois deslocou o centro da narrativa histórica.

Esch e Roediger também tratam de como os estudos sobre a formação da identidade racial branca nos Estados Unidos, muitos deles marcados por debates sobre trabalho, propriedade e as condições de vida da classe trabalhadora, dialogam de forma direta com *Black Reconstruction*. Embora esses estudos tenham se concentrado sobretudo no contexto norte-americano, os autores lembram que Du Bois, desde seus primeiros escritos, já articulava uma compreensão global da “linha de cor” e do capitalismo imperial. O que *Black Reconstruction* acrescenta decisivamente a esse percurso é o papel central do “trabalhador negro” na formação histórica da classe trabalhadora dos Estados Unidos e nos limites impostos pelos sindicatos e organizações de trabalhadores deliberadamente brancos. Ao articular a experiência do “trabalhador negro” e do “trabalhador branco” em diálogo com o “salário público e psicológico” da branquitude, o artigo também oferece uma chave para que o debate sobre branquitude (que no Brasil ainda está concentrado na psicologia social) seja apropriado pela historiografia do trabalho, tanto a partir de questões de estrutura e poder, como propõe Barbara J. Fields ao criticar abordagens que reduzem raça a identidade, quanto evitando uma essencialização a-histórica do conceito de branquitude, como alerta Eric Arnesen.<sup>18</sup> O texto original ressalta como a envergadura da pesquisa conduzida por Du Bois abriu novas vias para pensar as relações entre racismo, os limites da ação coletiva de classe, o imperialismo e a persistência das lealdades raciais na história social do trabalho nos Estados Unidos, questões que permanecem no centro dos debates contemporâneos.

17 Ver, por exemplo: ESCH, Elizabeth. **The Color Line and the Assembly Line**: Managing Race in the Ford Empire. Berkeley: University of California Press, 2018. ROEDIGER, David R. **The Wages of Whiteness**: Race and the Making of the American Working Class. London: Verso, 1991. Idem, **Seizing Freedom**: Slave Emancipation and Liberty for All. London: Verso, 2015.

18 FIELDS, Barbara J. Whiteness, racism, and identity. International Labor and Working-Class History, Cambridge: Cambridge University Press, n. 60, p. 48-56, Fall 2001. ARNESEN, Eric. Whiteness and the Historians' Imagination. International Labor and Working-Class History, Cambridge: Cambridge University Press, n. 60, p. 48-56, Fall 2001, pp. 3-32.

O segundo texto desta seção, intitulado *The racialization of class struggle in Black Reconstruction*, é assinado por Juliana Góes, Jorge Daniel Vásquez e Agustín Laó-Montes, autores de um livro atualmente no prelo dedicado justamente à relação entre Du Bois, a América Latina e o Caribe.<sup>19</sup> No artigo, os três pesquisadores analisam os debates em torno de classe e raça na obra de Du Bois, dialogando com controvérsias recentes entre sociólogos du-boisianos e críticos marxistas a respeito da primazia de uma ou outra categoria na interpretação do mundo moderno. Em vez de reduzir *Black Reconstruction* a um destes polos, “classe” ou “raça”, os autores mostram como Du Bois procurou escapar de ambos os reducionismos. Ele o fez, argumentam, ao conceber o capitalismo como um sistema estruturalmente racializado e, sobretudo, ao demonstrar que a luta de classes nos Estados Unidos do século XIX só pode ser entendida como uma luta de classes racializada. O texto, ao enfatizar esse ponto, recupera uma das contribuições mais originais de Du Bois: a recusa em separar processos econômicos e hierarquias sociais e raciais, insistindo que ambos se constituem mutuamente e moldam a longa duração da modernidade atlântica.

Esperamos que os textos aqui reunidos não apenas apresentem a riqueza e a atualidade da obra, mas também funcionem como um convite para que pesquisadores e pesquisadoras do país, em especial no campo da História Social do Trabalho, incorporem suas perguntas, tensões e contribuições em agendas de investigação futuras. Em suma, que esta seção possa abrir uma frente de discussão ampla e duradoura, à altura da importância histórica e intelectual do livro de Du Bois.

19 Para algumas produções dos autores sobre o tema, ver: GÓES, Juliana. Du Bois and Brazil: reflections on Black transnationalism and African diaspora. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 19, n. 2, p. 293-308, 2022. GÓES, Juliana. Du Bois e Clóvis Moura: a diferença entre o trabalhador e o escravo no marxismo negro. **Sociologia & Antropologia**, v. 15, n. 1, 2025. VÁSQUEZ, Jorge Daniel. W. E. B. Du Bois's global sociology and the anti-racist struggle for democracy in Cuba (1931–1941). **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 21, n. 1, p. 116-142, 2024.